

CI-CPRI



## Emigração Portuguesa em Angola

### Introdução

Este artigo de investigação propõe uma análise quantitativa e qualitativa sobre a emigração portuguesa para Angola nos últimos quinze anos, mais concretamente desde o fim da guerra civil em Angola (2002/2015).

No âmbito deste tema, o primeiro capítulo analisa estatísticas do último Censo realizado em Portugal (2011), bem como dados do Pordata (2015), do INE (2011) e do Observatório da Emigração/ Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (2015).

Um segundo capítulo foi redigido sobre a perceção dos portugueses em Angola. Oferece um resumo sobre a informação facultada por cerca de cem pessoas num trabalho de campo realizado durante dois meses e meio não consecutivos em 2013, por cinco províncias angolanas: Luanda, Cabinda, Benguela, Huíla e Huambo.

O texto que aqui se apresenta visa interpretar da forma mais neutra possível as estatísticas disponíveis e expõe a opinião dos entrevistados evitando, tanto quanto possível, emitir parecer sobre os assuntos em debate, conjugando apenas a informação recolhida.

Palavras-chave: Emigração, Portugal, Angola

### Capítulo I: Análise Quantitativa

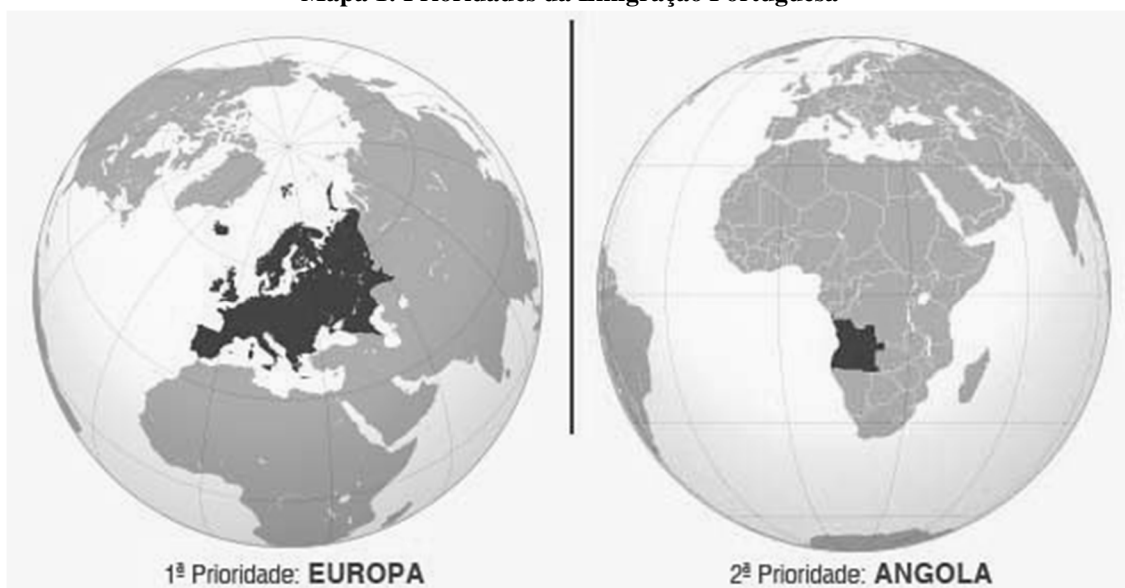
O advento da paz em Angola em 2002 constituiu um fenómeno de atração da emigração portuguesa a este país africano de língua oficial portuguesa. Os fluxos intensificaram-se sobretudo após a crise económico-financeira que abateu Portugal e que fez disparar a emigração nacional.

«(...) a Europa não é o único destino relevante da emigração portuguesa (...). Na verdade, a emergência de Angola como destino crescente da emigração portuguesa após 2005/2006 (...), é o melhor exemplo do processo atual de recomposição relativa dos destinos da mobilidade internacional de portugueses, que podem tirar partido de países emergentes, com taxas de

crescimento económico elevadas, nomeadamente aqueles que têm o português, o espanhol ou inglês como línguas oficiais e que manifestam carências ao nível de mão-de-obra com qualificações intermédias (ou mesmo elevadas) em sectores como a construção civil, as obras públicas ou o turismo.» (Malheiros, 2011: 136)

Se antes de 2002 a Europa era uma preferência geográfica para a emigração portuguesa (ver Mapa 1), passou a ser paulatinamente substituída por destinos alternativos em África, na Ásia e na América; embora tenha continuado a absorver a maioria dos fluxos. Angola destacou-se neste processo de escolhas, o que ajudou a diversificar a carteira de investimentos dos agentes económicos nacionais.

**Mapa 1: Prioridades da Emigração Portuguesa**



A emigração também contribuiu para a contração demográfica em Portugal. De acordo com estatísticas do Banco Central Europeu, a população total portuguesa em 2014 era constituída por 10,449 milhões de pessoas; mas em 2011 era de 10,622 milhões de pessoas (BCE, 2014). Deste universo, cerca de 2,34% estiveram em Angola.

**Tabela 1: População total residente em Portugal que já residiu em Angola, por género e grupo etário (2011)**

Sexo	Total	Idade 0-19	Idade 20-29	Idade 30-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60
H+M	248569	6183	7960	32701	52317	44462	104946
H	120694	3101	3963	16106	25293	21256	50975
% H	48,6	50,2	49,8	49,3	48,3	47,8	48,6
M	127875	3082	3997	16595	27024	23206	53971
% M	51,4	49,8	50,2	50,7	51,7	52,2	51,4

Fonte: INE (2011)

A Tabela 1 apresenta estatísticas totais por género e por grupo etário com base na informação recolhida pelo Censos de 2011. Sendo assim, em 2011, 248.569 pessoas

inquiridas a residir em Portugal afirmaram já ter vivido naquele país africano; a maioria das quais eram mulheres (127.875) e com idades superiores a 40 anos (81,2% do total); sendo que 42,2% possuíam mais de 60 anos.

Mas estes totais incluem cidadãos com diferentes nacionalidades. Dos atuais residentes em Portugal que emigraram para Angola (um total de 248.569 pessoas), apenas 208.518 possuíam nacionalidade lusa. O que equivale a 83,9% do total. Destes, cerca de 87,8% possuíam mais de 40 anos de idade; e 48,4% do total tinham 60 ou mais anos; o que significa que os fluxos de portugueses para Angola são significativamente constituídos por seniores (ver Tabela 2).

**Tabela 2: População residente em Portugal de nacionalidade portuguesa que já residiu em Angola, por género e grupo etário (2011)**

Sexo	Total	Idade 0-19	Idade 20-29	Idade 30-39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60
HM	208518	1299	1992	22184	42730	39437	100876
H	101804	687	1028	10910	20609	18992	49578
% H	48,8	52,9	51,6	49,2	48,2	48,2	49,1
M	106714	612	964	11274	22121	20445	51298
% M	51,2	47,1	48,4	50,8	51,8	51,8	50,9

Fonte: INE (2011)

Com base no Censo de 2011, entre a população residente em Portugal de nacionalidade portuguesa que já residiu em Angola, a percentagem total de mulheres era de 51,2%, sendo incidente nas faixas etárias superiores a 40 anos.

De acordo com as estatísticas disponíveis junto da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, no ano de 2013, havia 117.375 cidadãos de nacionalidade portuguesa registados em ambos os Consulados-Gerais de Portugal em Luanda e Benguela (ver Tabela 3).

**Tabela 3: N.º de Portugueses inscritos nos Consulados portugueses em Angola**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
N.º lusos inscritos consulados de Angola	<b>53.157</b>	<b>72.706</b>	<b>72.706</b>	<b>86.374</b>	<b>94.767</b>	<b>100.000</b>	<b>113.194</b>	<b>115.595</b>	<b>126.356</b>

Fonte: Observatório da Emigração (2015). Dados da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

Em 2006, havia 53.157 indivíduos registados na rede diplomática portuguesa. No ano de 2011 atingiam as 100.000 pessoas. Em 2014 o valor acumulado totalizava os 126.356. Ou seja, em apenas sete anos, os lusos registados em Angola haviam mais do que duplicado em número.

Os dados referem-se a inscrições consulares, sendo que nem todos os portugueses se registam ao chegar a Angola; alguns estão listados em ambos os consulados; e outros não dão baixa quando se vão embora, mantendo-se, para todos os efeitos, inscritos em Luanda e/ou Benguela. Ainda assim, equaciona-se a hipótese de que apenas metade dos portugueses a residir em Angola estejam inscritos na rede diplomática.

**Tabela 3: Remessas de Emigrantes Portugueses de Angola (2002/2013)**

Anos	Remessas de Emigrantes Portugueses de Angola
2002	14.280
2003	9.450
2004	20.640
2005	23.350
2006	32.950
2007	48.110
2008	70.860
2009	103.470
2010	134.870
2011	147.320
2012	270.690
2013	304.330
2014	247.960

Fonte: Pordata (2015)      Unidade: Milhares de Euros

A Tabela 3 disponibiliza informação sobre as remessas de emigrantes lusos de Angola para Portugal em milhares de euros. Se no último ano da guerra civil, os fluxos rondavam os 14,28 milhões de euros anuais; em 2008 passaram de 48,11 milhões para 70,86 milhões de euros. 2013 foi o ano que atingiu o valor máximo de 304,33 milhões de euros, tendo descido um pouco em 2014 para os 247,96 milhões de euros.

Posto isto, confirma-se que nos últimos quinze anos Angola tem despertado interesse crescente entre os emigrantes lusos, num período em que Portugal tem vivido uma contração demográfica significativa num mercado em crise que faculta oportunidades limitadas aos seus agentes económicos.

## **Capítulo 2: Perceções dos portugueses sobre a sua vivência em Angola**

As estatísticas indicam que entre os anos de 2002 e de 2012 – ou seja, na primeira década após a guerra civil – o número de portugueses em Angola aumentou. Entre 2013/2014 houve um abrandamento nas remessas de emigrantes lusos a residir naquele país africano. A subsequente contração nas receitas petrolíferas teve impacto negativo na economia angolana, razão pela qual alguns portugueses na diáspora começaram a deixar Angola.

Mas a realidade vivida no terreno não se traduz apenas em números; percebe-se ao entrevistar indivíduos que participaram nos referidos fluxos migratórios.

Este capítulo propõe um pequeno resumo qualitativo. A informação foi recolhida em entrevistas de campo, informais, realizadas no ano de 2013 nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela, Huíla e Huambo. A amostra incidiu em cerca de cem pessoas.

Importa ressaltar que neste capítulo se analisam *opiniões*, pareceres de pessoas que participaram de forma voluntária neste projeto. A componente subjetiva desta matéria é evidente e pode não traduzir a mentalidade ou postura de todos os elementos da diáspora portuguesa em Angola, mas apenas da amostra em avaliação.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre alguns dos temas que foram considerados pertinentes pelos inquiridos.

### I. Perceção Social

Em média, os indivíduos entrevistados para este estudo pareceram corroborar com as estatísticas oficiais. Em geral reportaram “haver mais portugueses” a residir em Angola desde 2002 e em especial após 2008. A grande maioria admitiu a hipótese de haver cerca de 200.000 portugueses a viver naquele país angolano. Para além disso, teceram comentários sobre questões relacionadas com a convivência social.

Ao que parece, a diáspora portuguesa em Angola divide-se informalmente em três grupos. Primeiro, os que “nunca deixaram esta terra” ou os que foram “forçados a ir viver para Portugal após a independência” (1975) ou os que “regressaram recentemente” ou “os mais antigos”, espalhados “um pouco por todo o país”, que residem no chamado “triângulo estratégico” formado pelas províncias menos afetadas pela guerra (Huíla e Benguela; e o Huambo – antes um centro industrial).

Segundo, os portugueses que se “empregaram nas obras nos anos 90”. Na última década do séc. XX havia perspectiva de emprego na construção civil e “muitos homens aceitaram a empreitada”, em geral com pouca instrução formal mas muita experiência em trabalhos manuais. Muitos destes homens “arranjaram mulher por aqui e constituíram família”.

Terceiro, os que “poderiam ter emigrado para qualquer outro país”, “sem relação com Angola”, na casa dos vinte/trinta anos, colarinhos brancos, em regra licenciados e que “já trazem as suas próprias famílias”, em especial “mulher e filhos”.

Em 2013 nem todos os portugueses entrevistados lá possuíam residência oficial, optando por fazer viagens regulares “para tratar de negócios”. Um número significativo de entrevistados detentores de dupla nacionalidade “não estavam registados no consulado” português e preferiam “passar por angolanos” e usar identificação oficial africana.

A diáspora portuguesa em Angola, com base na informação recolhida, às vezes é afetada por mal-entendidos, pois “nem sempre é fácil dar-mos todos bem uns com os outros”; as experiências individuais ou coletivas em Angola são “diferentes”; há expectativas culturais e financeiras distintas, pelo que a “integração social” e os níveis de satisfação também variam de pessoa para pessoa.

A ideia dominante, no seio da amostra, é que os portugueses “associam-se pouco” em Angola. As coletividades mais populares são talvez a *Associação 25 de Abril* (em Luanda) e os *Paços Reais de Maconge* (associação estudantil dos ex-alunos do Colégio Diogo Cão, Lubango). Mais recentemente, as redes sociais começaram a congregar indivíduos de nacionalidade portuguesa com interesses comuns no país em estudo.

A maioria dos portugueses parece preferir “cuidar de si” ou encara a sua experiência em Angola como “temporária”. Alguns reportam uma média de 3/4 anos por contrato para trabalhadores por conta de outrem. Exceção feita aos donos ou sócios de empresas a atuar na região, os quais afirmam “vir para ficar”.

No entender dos entrevistados, a diáspora portuguesa “dá mais nas vistas” do que outras comunidades estrangeiras a residir em Angola. Porquê? Algumas explicações propostas: por se “integrar com facilidade”; por ter capacidade de “estar em todo o lado”; por adotar alguns “comportamentos de risco”; por ser “grande consumidora” de bens e de serviços; porque “aparece em peso” aos fins-de-semana nos principais restaurantes e cafés, centros comerciais ou supermercados, o que “desperta invejas” de quem gostaria de ter igual ou superior poder de compra.

As consequências de tal visibilidade, de acordo com os inquiridos, traduz-se em “incómodos” mais ou menos constrangedores. Por exemplo, “há uma rádio em Luanda que passa a vida a falar mal dos portugueses”, mas “não é a única”. Alguns inquiridos queixam-se das “multas” aplicadas de forma aleatória “aos brancos”; de serem “obrigados a pagar gasosas” (subornos) para resolverem “os seus assuntos”; e que “aqui ninguém se esquece que somos do país ex-colonizador”. Os portugueses que se recusam “a participar no sistema” acabam por se “meter em trabalhos”. Posto isto, alguns dos entrevistados acrescentaram “não ter problemas com ninguém”, mas as experiências que reportavam às vezes contradiziam essa ideia.

Em certos casos, as relações entre portugueses e angolanos parecem ser intensas ou mesmo passionais. A expressão “amor/ódio” foi várias vezes repetida nas entrevistas.

Alguns dos portugueses entrevistados admitiram ser alvo de racismo ou de xenofobia em Angola; de desconfiança infundada por “recalcamento histórico”. Queixaram-se de injustiça, de serem acusados de “roubaram o emprego aos angolanos”, afirmando possuir mérito profissional e que vieram para Angola porque “precisam de trabalhar”.

Os lusos que se pronunciaram a propósito declaram não ser racistas ou xenófobos. Mas nas conversas dificilmente se ultrapassava o crivo da cor de pele, como se fosse necessário saber se o José ou o João era “branco” ou “preto”.

Os portugueses a residir em território angolano aconselham talvez os recém-chegados a “pensar antes de falar”, pois “cuidado com o que dizes”. Histórias sobre conversas de portugueses, escutadas e delatadas ou mal interpretadas por angolanos, são recorrentes nas bocas dos portugueses “mais antigos”; os que não querem que os “recém-chegados

criem problemas” ou “estraguem o arranjinho” aos que vivem no território de forma permanente. Estes parecem conhecer bem a cultura local. Adotam costumes regionais, tanto alimentares como sociais, embora evitem envolver-se na política. Movem-se “mais à vontade” pelo território. Em regra, possuem habitação própria e/ou constituíram família em Angola. Alguns gostariam que os “mais jovens” se comportassem como eles para não serem “mal vistos”. Tentaram explicar que “tiveram de sobreviver a décadas de conflito armado”. Alguns continuam a manter instintos de sobrevivência apurados apesar da guerra civil ter terminado; mas se eles “conseguiram aguentar”, então os outros, que estão há menos tempo em Angola “também têm de conseguir”.

Entre os desabafos mais frequentes dos portugueses a residir em Angola estão: as críticas a Portugal e ao governo luso, aos impostos e à falta de emprego “no jardim à beira mar plantado”, ao terem sido “obrigados a emigrar”.

No que concerne à relação entre portugueses e angolanos, os inquiridos que se pronunciaram a propósito, preferiram transmitir a mensagem que se “dão todos bem” e que “convivem que é uma maravilha”.

## II. Perceção Empresarial

No entender dos entrevistados, a estratégia de crescimento dos empresários portugueses em Angola, em parceria com os angolanos, baseia-se na “capacidade de adaptação”, na “inovação e na qualidade”, no aproveitamento de “nichos de mercado” à medida que se aproveitam as oportunidades em candidaturas a concursos públicos ou por convite, quando os empregadores “gostam do nosso trabalho”.

Os empresários explicaram que é “crucial cumprir prazos”, porque “a palavra puxa palavra” e a satisfação do cliente “serve como referência para o próximo projeto”. O estabelecimento de contactos pessoais é “essencial” para a obtenção dos “melhores negócios” e à informação privilegiada, indispensável ao jogo de xadrez empresarial.

Entre o início das atividades e o momento da entrevista, os empresários identificaram algumas diferenças, entre as quais a melhoria nas “acessibilidades e infraestruturas”, o “aumento da concorrência” e o facto do Estado angolano estar a “pagar com atrasos cada vez maiores” – nalguns casos “passado um ano”. Neste sentido, foi proposto, talvez o Estado português pusesse “ajudar a resolver certas situações” no âmbito das relações diplomáticas.

É possível que a comunidade portuguesa em Angola não seja muito unida, ou então as histórias que contaram foram, por mero acaso, mais individualistas do que agregadoras. As empresas portuguesas, ou onde a grande maioria dos funcionários são portugueses, “colaboram umas com as outras”. Mas os referidos grupos económicos também rivalizam pelos mesmos projetos, pelo que podem ser altamente competitivos entre si. Por exemplo, os trabalhadores encontram-se nos cafés mais frequentados, mas sentam-se junto dos

colegas da sua própria empresa; e queixam-se, com comentários do tipo: “os portugueses são invejosos”, “não se pode confiar neles”, “onde há dois portugueses, um está a mais”.

Em entrevista, não foi recolhida uma única resposta favorável à criação de uma Associação Empresarial Portuguesa em Angola. Um dos inquiridos avisou que “não é boa ideia criar aqui um *lobby* português”. A diáspora portuguesa talvez tema ser encarada como “colonialista” ou “neocolonialista” se afirmar muito e em grupo, os seus interesses, expectativas e/ou necessidades. A ideia dominante é manter a “tranquilidade” e a “rentabilidade” dos negócios dos portugueses com o Estado angolano.

Os empresários inquiridos recorrem à delegação em Luanda da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP Portugal Global). Esta envolve-se na organização da Feira Internacional de Luanda (FILDA); recebe inscrições de empresas portuguesas que querem participar no evento. A FILDA, enquanto iniciativa multisectorial anual, é popular entre os empresários portugueses. Nela estabelecem-se parcerias, trocam-se contactos e “tem-se uma visão” sobre o mercado.

Em contrapartida, os empresários que se pronunciaram a propósito, confessaram recorrer pouco à rede diplomática e aos seus agentes. Alguns disseram que “nos últimos tempos” (ao contrário do que acontecia antes) “foram prestáveis” apesar das “filas” à porta do edifício onde está instalada a Embaixada e o Consulado-Geral de Portugal em Luanda. Entre os entrevistados houve quem considerasse o atendimento ao público moroso, “displicente” ou “pouco disponível”.

As empresas de tamanho médio não têm por costume participar em missões promovidas pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro ou por Secretários de Estado; talvez por já estarem instaladas em Angola e por preferirem não incorrer em “riscos” apostando noutro país. Em Angola, no entendimento dos inquiridos, os lucros ainda contrabalançam os custos e os desafios quotidianos.

Ouviram-se queixas noutro sentido. Ao que parece, a Embaixada Portuguesa em Luanda promove um evento público anual para as celebrações do 10 de Junho. Mas “antes era uma forma de juntar todos os portugueses num espaço de confraternização”. Hoje em dia, talvez não o seja tanto, pois “transformou-se numa festa à qual o cidadão comum não tem acesso”.

Se os cidadãos de nacionalidade portuguesa são assaltados e ficam sem os seus documentos de identificação, ou se os perdem, a resolução do problema não é considerada ágil. Por um lado, os portugueses nascidos em Angola precisam deslocar-se à sua cidade de origem – e as deslocações podem ser complicadas, em termos de distância e pelos custos que envolve.

Por outro, os lusos nascidos em Portugal lastimam a demora no atendimento. Os inquiridos que trabalham nas províncias chegam a deslocar-se várias vezes a Luanda para concluir o processo burocrático quando “falta um papel”. Os mais expeditos



desenrascam-se de outra forma: pagam fotocópias autenticadas dos seus documentos e circulam pelas cidades angolanas com elas, guardando “os originais” em casa para que estes não se extraviem.

Os inquiridos invocaram o atraso de meses na obtenção de vistos para os seus colaboradores angolanos interessados em viajar para Portugal. Ao ponto dos colegas optarem por soluções alternativas, tais como viajar para outros países, o que implicava uma perda de receitas para Portugal.

As opiniões foram recolhidas em meados/finais de 2013. Na época, as razões apontadas para esta situação foram: sistema *online* com inscrições falsas ou repetidas, em função da forma incorreta como era utilizado pelas agências de viagem e pelo cidadão comum; as máquinas dos vistos não tinham vindo acelerar o processo, bem pelo contrário; e os indivíduos que não levam todos os documentos necessários à candidatura têm de se deslocar várias vezes ao consulado para concluir o processo. Um *guichet* específico para informar sobre documentação necessária e como preencher os formulários seria considerada “útil”.

Alguns dos empresários que se abordaram o tema, gostariam de ter mais apoio bancário. Que “é difícil competir com os chineses porque eles têm acesso a melhores linhas de crédito”; embora os portugueses empreguem “muitos angolanos”, ao passo que os chineses importam a sua própria mão-de-obra, no país de origem, para beneficiar do sistema simultaneamente a três níveis: “pelos materiais, pelo petróleo e pelos salários”.

Parte significativa da mão-de-obra qualificada contratada por empresas angolanas ainda é de origem portuguesa. As empresas lusas que investem em Angola contratam cerca de 10% a 20% de expatriados, oferecendo-lhes condições de alojamento e de transporte acima dos propostos aos funcionários locais. Mas nos últimos anos, por causa da crise económica, as empresas portuguesas a operar em Angola, estão a apostar na formação de residentes em Angola ao invés de “mandar vir portugueses” por estes serem “caros” (a um expatriado pagava-se, além dos honorários respetivos, alojamento e transporte, ou pecúlios para pequenas “despesas correntes”).

As queixas são subjetivas. Alguns dos inquiridos afirmaram “trabalhar mais horas” do que os seus colegas angolanos. Porquê? Uma das hipóteses é “porque nós fazemos e eles não”. Ou talvez por os empregadores entenderem que desempenham as funções com “profissionalismo europeu”. Ou ainda porque “há quotas obrigatórias para angolanos” mas que alguns desses colegas “passam a vida a faltar ao emprego e a inventar desculpas para não trabalhar”. As respostas parecem algo exageradas no conteúdo. Talvez neste processo haja alguns mal-entendidos em relação a costumes locais ou haja diferentes tipos de postura ou mentalidade no mercado de trabalho.

Alguns entrevistados reportaram “ter ouvido falar” em ameaças de represálias contra empresas portuguesas nos últimos meses de 2012. Perante perguntas concretas, hesitam em responder. Afirmam desconhecer se alguma foi levada a efeito. Em geral, os

portugueses não têm o costume de fazer queixa às autoridades quando algo aconteça, sobretudo se for “pouca coisa” e desenrascam-se “de outra forma”.

Em regra, parece haver necessidade de apostar no controlo emocional; de “não reagir a quente” para não incorrer em dificuldades no ambiente profissional. A ideia mais repetida traduz-se por um: “não se metam, deixem-nos trabalhar”; como se a intervenção do Estado português em Angola, mesmo que com a intenção de apoiar o empreendedorismo português através da diplomacia económica, fosse encarado com suspeita; ou apenas servisse para “atrapalhar” os empresários que gerem “sensibilidades” no terreno.

### III. Perceção sobre a Província de Luanda

Na opinião dos entrevistados em Luanda, em 2013 não havia risco de guerra em Angola: o país era considerado “pacífico”. Reportaram-se algumas manifestações, mas estas não pareciam preocupar a comunidade portuguesa a residir no território. A opinião geral era a de que “só pode haver problemas quando um dia o Presidente deixar de o ser”, evidenciando receios relativamente à sucessão política.

Em entrevista, os portugueses a residir e/ou a trabalhar na província de Luanda reclamavam sobretudo de ansiedade (“*stress* diário”), do trânsito e da poluição (“a poeira da cidade”). A província registava índices de criminalidade considerados elevados pelos inquiridos.

Em Luanda, havia muitas famílias em que um dos elementos do casal era português e o outro angolano, com filhos em comum, mesmo quando a união não estava oficializada. Nos locais considerados da “moda” (centros comerciais, restaurantes e discotecas na “ilha”, supermercados e cafés) era fácil encontrar grupos mistos, em plena integração social com estrangeiros e outros residentes na cidade.

Em Luanda, alguns entrevistados explicaram que na sociedade angolana “vale mais” quem “tem uma boa viatura”, “veste roupa de marca”, “viaja para o estrangeiro”, possui “bolso cheio” e/ou gere contactos “ao mais alto nível”. É a cultura do “Boss”, pois se é necessário resolver algum problema, perguntava-se: “Quem é o chefe”?

Luanda ainda é talvez o “centro da ação”, uma megalópolis que cresceu exponencialmente, em dimensão e em número de habitantes, durante a guerra civil. Mas no ano em que foi desenvolvida esta pesquisa, os empresários portugueses reportavam estar a “ser incentivados” a “ir também para o interior”. Admitiam haver “muitas áreas de futuro” com potencial de desenvolvimento nas províncias, tais como a engenharia (mais no âmbito da informática, da construção civil e da energia por causa dos projetos das barragens e das aldeias solares); a agricultura, as pescas e a “transformação do pescado”, a pecuária e a agroindústria (ainda embrionárias, onde os portugueses clamavam possuir “experiência”).

#### IV. Perceção sobre a Província de Cabinda

Cabinda é um enclave a Norte de Luanda que faz fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo. Oficialmente é uma província de Angola, mas no território há adeptos da autonomia, cuja real expressão é difícil de avaliar com base nos instrumentos disponíveis.

Em entrevista, os portugueses a residir e/ou a trabalhar na província de Cabinda lastimaram o seu “isolamento”. No enclave já terá existido um consulado honorário, mas que entretanto fechou. Um “inconveniente” para os referidos cidadãos, pois tal implica a várias deslocações de avião a Luanda para tratar de “questões menores”, obrigando-os a despesas consideráveis em alojamento e em alimentação.

Em 2013, a maioria dos portugueses em Cabinda eram homens. Alguns destes deixaram as suas famílias em Portugal por considerarem que a referida província “não tem condições” para as acolher. No entender dos inquiridos, hospitais e clínicas oferecem serviços de baixa qualidade e, no âmbito da educação, não há escola portuguesa.

Das comunidades estrangeiras que residem no enclave, a portuguesa é talvez a “mais integrada”. Há um número significativo de famílias mistas (de portugueses com angolanas), não necessariamente oficializadas; algumas das quais são, na verdade, “segundas famílias” – ou seja, “ele tem mulher em Portugal e outra em Cabinda, é mesmo assim...”

Cabinda já foi talvez uma província instável ou até mesmo perigosa, por causa das atividades violentas da FLEC (Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda). Houve até ataques a trabalhadores de empresas portuguesas. Mas em 2013, a situação parecia estar “normalizada”. Os portugueses mantinham precauções normais, mas não se sentiam “em perigo”. Em entrevista, os lusos qualificaram a cidade de Cabinda como “calma”; nas horas de ponta registava-se um trânsito de intensidade média. Os portugueses deslocavam-se individualmente ou em pequenos grupos sem problemas de maior, evitando talvez os horários à noite.

#### V. Perceção sobre a Província de Benguela

Para os entrevistados, a região de Benguela “é boa para viver”. O turismo também é expressivo, se admitirmos que esta província é um espaço de veraneio para muitos portugueses, e para os que “para aqui vêm ao fim-de-semana”.

A província de Benguela está associada (em ideia ou em facto) a uma certa “elite”. Luanda possui mais portugueses, mas Benguela é talvez mais elogiada por eles. Os inquiridos gabam a tranquilidade de cidades como Benguela e Lobito, e as suas praias – mormente as do Lobito, a Caotinha e a Baía Azul. O clima é considerado “bom”.

A oferta de serviços, quando comparada com outras províncias (exceção feita a Luanda), é diversificada e acima da média. As estradas são “circuláveis” e as comunicações (como

a internet e o telefone) são “operacionais”. Não existe uma “escola portuguesa” mas existem escolas privadas dinamizadas por portugueses “de boa qualidade”.

No ano de 2013, o Consulado-Geral de Portugal estava aberto e ficava localizado num bairro residencial, ao qual cunhava de movimento. Este polo de atratividade recebia os detentores de nacionalidade lusa a residir ou a trabalhar “abaixo da linha do comboio”. No entender das opiniões recolhidas, os portugueses acediam ao consulado com facilidade, sem grandes filas de espera ou morosidade burocrática, ao contrário do que acontecia em Luanda. Registava igualmente “muitos casamentos mistos” entre portugueses e angolanos.

#### VI. Perceção sobre a Província de Huíla

No entender dos portugueses entrevistados que residiam no Lubango, a província de Huíla possui “belezas naturais” de especial interesse turístico, tal como a Fenda da Tundavala, o Cristo Rei e o Miradouro da Serra da Leba. A cidade situa-se num vale entre montanhas, mas em disposição urbanística é “parecida a Luanda” pois o traçado original das suas ruas foi “invadido por musseques”, por milhares de pessoas que “para ali foram a fugir do conflito” armado que durou até 2002. O seu trânsito é considerado “desafiante” às horas de ponta.

Os inquiridos que se pronunciaram a propósito, em média, referem-se a uma população de 1,5 milhões de habitantes na cidade do Lubango, e de 3,5 milhões na província, em termos globais.

Em 2013, no Lubango havia uma “escola portuguesa” com “muitos” alunos, muitos dos quais filhos da maior comunidade de “portugueses antigos” a residir em Angola; inclusive descendentes dos primeiros madeirenses que foram residir para a zona em finais do séc. XIX. Uma percentagem significativa destes cidadãos possui dupla nacionalidade; alguns nasceram no país e nunca chegaram a partir; ou regressaram a Angola “à primeira oportunidade”, ainda na década de noventa do séc. XX ou após 2002. Afirmaram saber comunicar em línguas locais mas queixaram-se de discriminação pela cor de pele: “faz-lhes confusão que haja brancos angolanos”, foi opinião várias vezes repetida.

Nas províncias de Huíla e do Huambo, a confiança num futuro em Angola é talvez menos evidente. Em entrevista, os entrevistados hesitam em responder ou evidenciam receios relativamente à sucessão do atual Presidente da República angolano – até agora considerado pelos inquiridos como o garante da estabilidade política e da paz no país.

#### VII. Perceção sobre a Província de Huambo

Em apenas três dias de entrevistas, a perceção sobre a província do Huambo incidiu sobre uma urbe em permanente reconstrução depois da sua “quase destruição” durante a guerra civil.

A cidade fica situada num Planalto Central verde e chuvoso. Algumas das suas vias ainda são “autênticas picadas” (sem asfalto). Houve quem recomendasse a não fotografar as pessoas “mais pobres” pois estas “podiam não gostar”. No geral, deu a entender que os costumes da população do Huambo são talvez mais tradicionais do que em Luanda ou em Benguela.

Com base na informação recolhida, a comunidade portuguesa no Huambo terá diminuído entre 2008/2013. Individualmente, cada português “faz a sua vida”. Os inquiridos afirmaram haver “poucos pontos de encontro”, talvez mais “nos cafés do centro” e em “dois ou três restaurantes”. Em 2013 não havia “escola portuguesa” na província, mas parecia existir uma aposta forte no ensino secundário e superior, pelo que havia vários estabelecimentos de ensino privados e públicos.

A comunidade portuguesa no Huambo parecia adotar comportamentos mais discretos e prudentes do que em Luanda, Benguela, Cabinda e Huíla. Os entrevistados reportaram “menos casamentos mistos” na província do planalto. Assim sendo, tal contrastaria com o grau elevado de convivência entre portugueses e angolanos nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela e Huíla.

Em caso de acidente de viação, foi reportada uma “tendência” local para responsabilizar os portugueses pelo ocorrido e ilibar os angolanos. Ou essa era a perceção dos inquiridos.

Os empresários queixaram-se de estar distantes de qualquer consulado e que, portanto, não se registavam ou apenas o faziam uma vez. Mesmo que saíssem e entrassem várias vezes em Angola, não davam “baixa” das suas viagens, nem se reinscreviam ao regressar.

## **Conclusão**

Nos últimos quinze anos, sobretudo desde 2008, Angola tornou-se num país mais atrativo para a emigração portuguesa. Em 2011, dos residentes em Portugal que declararam já ter habitado em Angola (um total de 248.569 pessoas), 208.518 possuíam nacionalidade portuguesa, o que equivale a 83,9% do total. A maioria dos que disseram ter emigrado para Angola eram mulheres (51,2% do total de indivíduos de nacionalidade portuguesa). Admite-se que apenas metade dos lusos a transitarem por Angola se registem nos consulados. No seu conjunto é possível que a comunidade lusa ronde atualmente os 200.000 habitantes em Angola, sendo que alguns têm dupla-nacionalidade. As remessas de emigrantes enviadas de Angola para Portugal começaram a aumentar significativamente desde 2007/08, atingindo os 304.328 milhares de euros em 2013, diminuindo um pouco no ano seguinte.

Com base nas entrevistas efetuadas, a perceção sobre a experiência social e profissional dos portugueses em terras angolanas varia consoante os grupos e a capacidade de adaptação à cultura e à dinâmica do país de destino. Não é fácil avaliar opiniões, pois a perceção corre o risco de ser enviesada, mas os inquiridos reportaram algumas dificuldades na integração devidamente identificadas no corpo de texto. Ressalva-se que,

no geral, portugueses e angolanos adaptam-se bem uns e outros, e a relação entre as duas comunidades é caracterizada por uma convivência pacífica.

## **Bibliografia**

BCE – European Central Bank (2014). “Total Population”, ECB –Eurosystem, Statistical Data Warehouse. URL: <http://sdw.ecb.europa.eu/>

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (2011). “Portugueses que já residiram em Angola mas que á data dos Censos de 2011 residiam em Portugal”. INE – Censos 2011, 21 Março 2011, Apoio ao Cliente. (dados solicitados por e-mail).

Malheiros, Jorge (2011). "Portugal 2010: o regresso do País de emigração?". Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011, pp. 133-142. (dados consultados a 27 Junho 2015) URL: [http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2\\_n1/pt/pt\\_vol2\\_n1\\_not3.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2_n1/pt/pt_vol2_n1_not3.pdf)

Observatório da Emigração (2015). “Registos Consulares”. Valores revistos pela DGACCP (dados consultados a 27 Junho 2015). URL: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=9>

Pordata (2015). “Remessas de Emigrantes: Total e Por País de Origem dos Fluxos – Portugal”. *Pordata – Bade de Dados Portugal Contemporâneo*, Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP), última atualização 26 Junho 2015. URL: <http://www.pordata.pt/Portugal/Remessas+de+emigrantes+total+e+por+pa%C3%ADs+de+origem+dos+fluxos-501>